



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa – 08/outubro/2005

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Presidenta do Tribunal e da Comissão
Juiz LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL – Juiz Togado do Tribunal
Professor ARI POSSIDONIO BELTRAN – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz SALVADOR FRANCO DE LIMA LAURINO – Presidente da Comissão
Juiz PAULO EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA
Professor ESTEVÃO MALLETT – Representante da OAB

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 11 de outubro de 2005, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como na Internet, no site do TRT (www.trt02.gov.br).

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO
Rua da Consolação, 1272 – 21º andar – torre “B” - CEP 01302-906 - SP
Fone: 3255-4111 Ramal 2297

1) Considerando-se como período de carência o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis à concessão de benefício previdenciário a uma empregada de uma indústria, assinale a alternativa em que, para serem concedidos, ambos os benefícios independem de carência:

- a) salário-maternidade e auxílio-doença;
- b) auxílio-doença e salário-família;
- c) aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente;
- d) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez;
- e) pensão por morte e auxílio-acidente.

2) O financiamento da Seguridade Social é de responsabilidade:

- a) dos empregadores, empregados e da União Federal;
- b) dos trabalhadores em geral e dos empregadores;
- c) da União Federal, dos empregados das empresas privadas e públicas desde que celetistas, e das empresas;
- d) de toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais;
- e) nenhuma das proposições anteriores é correta.

3) No que concerne à capacidade do empresário, é correto afirmar que:

- a) podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos;
- b) a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas;
- c) poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais, ou pelo autor da herança;
- d) se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes;
- e) todas as assertivas anteriores estão corretas.

4) Assinale a alternativa correta quanto aos vícios de consentimento

- a) os vícios de consentimento acarretarão a mera anulabilidade do ato jurídico, e os vícios sociais acarretarão a nulidade do ato.
- b) o estado de perigo visa proteger o contratante que se encontra em situação de desigualdade diante da necessidade de contratar, aceitando condições desfavoráveis.
- c) a coação exercida por terceiros não terá o condão de anular o negócio jurídico.
- d) o erro poderá ser invocado objetivando anular o negócio jurídico, quando este for substancial ou accidental.
- e) o dolo de ambas as partes contratantes configura a torpeza bilateral, sendo a situação apta à declaração de invalidade do negócio jurídico.

5) No que concerne às possibilidades de extinção do contrato, é errado afirmar:

- a) a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, apenas no segundo caso, indenização por perdas e danos;
- b) nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro;
- c) o distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato;
- d) nos contratos de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato;
- e) nenhuma das anteriores

6) Em relação aos princípios fundamentais do direito contratual, é correto afirmar:

- a) o princípio da autonomia da vontade é absoluto, cabendo às partes contratantes o direito de estipular livremente o acordo de vontades, disciplinando os seus interesses, tutelados pela ordem jurídica.
- b) segundo o princípio do consensualismo temos a regra geral da necessidade de as partes contratantes seguirem as formalidades necessárias a conferir validade ao ato jurídico.
- c) por ter cláusulas fixadas previamente por um único contratante, o contrato de adesão viola o princípio da autonomia da vontade, estando isenta a vontade de uma das partes contratantes.
- d) na interpretação do contrato deve-se considerar mais a declaração do que a intenção dos contratantes.
- e) nenhuma das anteriores

7) A cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e incerto, determinando a perda da eficácia, denomina-se:

- a) termo incerto;
- b) cláusula penal;
- c) condição resolutória;
- d) termo certo;
- e) condição suspensiva.

8) No que se refere à classificação dos bens, não é correto afirmar:

- a) consideram-se imóveis, para todos os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social;
- c) são fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade;
- d) são consumíveis os bens móveis cujo uso não importa destruição imediata da própria substância;
- e) todas as assertivas anteriores estão corretas.

9) Assinale a alternativa correta:

- a) em demanda de reivindicação, o credor do réu tem legitimidade para funcionar como seu assistente simples em virtude do interesse que possui para que o imóvel continue integrando o patrimônio de seu devedor.
- b) o sublocatário tem legitimidade para funcionar como assistente litisconsorcial do locatário em demanda de despejo ajuizada pelo locador.
- c) o sindicato de trabalhadores tem legitimidade para funcionar como assistente simples do Ministério Público do Trabalho em ação civil pública em que se postula a adoção de providências coletivas visando proteger a saúde de trabalhadores da respectiva categoria profissional.
- d) a empresa sucedida tem legitimidade para funcionar como assistente litisconsorcial da empresa sucessora em demanda ajuizada pelo trabalhador que foi admitido antes da sucessão quando o ato de alienação contempla disposição contratual assegurando o direito de regresso.
- e) a atuação processual do assistente simples está subordinada à atuação do assistido, de modo que ele não pode recorrer se o assistido renunciar ao prazo para o recurso.

10) Assinale a alternativa errada:

- a) diante do ajuizamento de uma demanda, o direito a um provimento não se submete a qualquer condição em função da garantia de inafastabilidade do controle jurisdicional inscrita no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República.

- b) o direito a um provimento de mérito, favorável ou não, é assegurado desde que estejam presentes os pressupostos processuais.
- c) o direito à tutela jurisdicional é assegurado tanto ao autor quanto ao réu.
- d) em sentido constitucional, a ação traduz o direito a um provimento de qualquer natureza e em sentido processual traduz o direito a um provimento sobre a pretensão a um bem da vida.
- e) o processo de “*impeachment*”, cujo julgamento final cabe ao Senado da República, mediante direção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, constitui exceção ao monopólio do exercício da jurisdição pelo Poder Judiciário.

11) Sobre a autoridade da coisa julgada nas ações coletivas é correto dizer.

- a) em caso de improcedência por insuficiência de provas, a coisa julgada na ação para a proteção de interesses difusos vincula apenas o autor da demanda.
- b) em caso de improcedência após produção probatória suficiente, a coisa julgada na ação para a proteção de direitos individuais homogêneos vincula também os indivíduos que não participaram do processo.
- c) em caso de improcedência após produção probatória suficiente, a coisa julgada na ação para a proteção de interesses coletivos “*stricto sensu*” vincula o autor da demanda e os demais legitimados concorrentes.
- d) as vítimas são beneficiadas pela sentença de procedência na ação para a proteção de direitos difusos mesmo que não tenham requerido a suspensão da ação individual que foi julgada improcedente.
- e) em caso de improcedência após produção probatória suficiente, a coisa julgada na ação para a proteção de direitos difusos funciona “*ultra partes*”, limitando-se ao grupo, categoria ou classe de pessoas que têm interesse sobre o bem jurídico.

12) Não se aplica a regra do ônus da impugnação especificada dos fatos:

- a) Em relação a fatos sobre os quais não se admite confissão;
- b) Quando a inicial estiver desacompanhada de documento público essencial ao fato que se pretende provar;
- c) Quando os fatos alegados na inicial estiverem em contradição com a defesa considerada em seu conjunto;
- d) Quando a contestação for apresentada por advogado dativo, curador especial ou por órgão do Ministério Público.
- e) Em todas as situações anteriores.

13) Assinale a alternativa correta:

- a) somente o autor pode requerer a declaração incidental, ao passo que a reconvenção pode ser requerida tanto pelo autor quanto pelo réu;
- b) extinta a demanda principal, a ação declaratória incidental prossegue enquanto que a reconvenção é extinta junto com a demanda principal;
- c) a reconvenção amplia o objeto da cognição do juiz;
- d) o interesse de agir na reconvenção e na ação declaratória incidental pressupõe a apresentação de contestação;
- e) não cabe a ação declaratória incidental quando já ocorreu a violação do direito.

14) Assinale a alternativa correta:

- a) a demanda principal deve ser ajuizada no prazo de 30 dias contados da data da efetivação da providência cautelar, mesmo que não tenha natureza restritiva de direito;
- b) a demanda principal deve ser ajuizada no prazo de 30 dias contados da data da concessão da providência cautelar;
- c) se a demanda principal não for ajuizada no prazo de 30 dias, a providência cautelar restritiva de direito perde a eficácia e é defeso à parte repetir o pedido, salvo novo fundamento;

- d) as providências cautelares apenas podem ser concedidas por meio de processo cautelar;
- e) o requerente do procedimento cautelar não responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida quando o juiz acolhe a alegação de prescrição ou decadência;

15) Assinale a alternativa correta:

- a) a ação de cumprimento respaldada em sentença normativa tem natureza executiva, visto que a obrigação do empregador já ficou acertada no dissídio coletivo de natureza econômica;
- b) a ação de cumprimento respaldada em sentença normativa é de competência originária do tribunal que julgou o dissídio coletivo de natureza econômica;
- c) a ação de cumprimento prescinde de sentença normativa e pode ter por fundamento a violação de preceito de lei.
- d) o sindicato profissional tem legitimidade ordinária para a condenação do empregador no pagamento das diferenças salariais decorrentes do descumprimento de sentença normativa.
- e) a coisa julgada na ação de cumprimento se forma "secundum eventum litis" quando o processo envolve direitos individuais homogêneos.

16) Assinale a alternativa errada:

- a) conforme iterativa jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança; a ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso.
- b) conforme iterativa jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o mandado de segurança é, em virtude da inexistência de recurso específico, o meio adequado para impugnação de antecipação de tutela concedida em liminar;
- c) conforme iterativa jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a concessão de liminar constitui faculdade que decorre do poder discricionário e de cautela do juiz, inexistindo direito líquido e certo a ser protegido pela via do mandado de segurança;
- d) a Justiça do Trabalho tem competência material para o julgamento do mandado de segurança impetrado contra ato ilegal ou em abuso de autoridade praticado por Procurador do Trabalho na presidência de inquérito civil;
- e) o mandado de segurança na Justiça do Trabalho é cabível contra ato judicial e contra ato de autoridade de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

17) Assinale a alternativa errada:

- a) Não se aplica o procedimento sumaríssimo quando a União é parte no processo;
- b) As intimações e as notificações dirigidas aos Procuradores da Fazenda Nacional dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista;
- c) Não está sujeita ao reexame necessário decisão contrária à Fazenda Pública em que a condenação for inferior ao valor equivalente a 100 salários mínimos;
- d) Não está sujeita ao reexame necessário a decisão contrária à Fazenda Pública se a decisão estiver em conformidade com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
- e) A Fazenda Pública tem prazo em dobro para recorrer.

18) Quanto ao recurso ordinário nas reclamações trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta:

- a) será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor;
- b) terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão;
- c) somente será cabível por violação literal da lei, contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou violação direta da Constituição da República, não se admitindo recurso adesivo;

d) os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo;

e) terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

19) No que se refere à competência das Varas do Trabalho, assinale a alternativa correta:

a) compete às Varas do Trabalho conciliar e julgar os dissídios concernentes à remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho;

b) compete às Varas do Trabalho processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave;

c) compete às Varas do Trabalho realizar diligências e praticar os atos processuais ordenados pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou pelo Tribunal Superior do Trabalho;

d) compete às Varas do Trabalho as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho;

e) todas as assertivas anteriores estão corretas.

20) Assinale a alternativa incorreta. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício de jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento serão calculadas:

a) quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor;

b) no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, sobre o valor fixado pelo juiz;

c) quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, sobre o valor da causa;

d) quando o valor for indeterminado, sobre o que o juiz fixar;

e) todas as assertivas anteriores estão corretas.

21) Assinale a alternativa correta. No processo do trabalho, as decisões por equidade:

a) não necessitam de expressa autorização legal e são criadoras de regras jurídicas;

b) podem ser proferidas pelo juiz, mas necessitam de expressa autorização legal;

c) supõem a existência da mesma razão da lei na sua extensão para solução de caso não previsto;

d) estendem o sentido da lei, cujas palavras expressam menos do que o legislador teria pretendido;

e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

22) Diante do princípio da aplicação subsidiária do direito processual comum ao processo trabalhista, é correto afirmar que:

a) todas as normas do Direito Processual Civil são aplicáveis ao processo trabalhista, desde que sua aplicação não seja expressamente proibida pela CLT;

b) aplicam-se ao processo trabalhista todas as normas do CPC sobre matéria que não esteja regulada de outra forma na legislação trabalhista ou especial e se adaptem aos mesmos princípios e peculiaridades do processo do trabalho;

c) não se aplicam ao processo do trabalho os dispositivos do Código de Processo Civil relativos à remição, diante da prevalência do direito de adjudicação do hipossuficiente;

d) da decisão de liquidação cabem embargos do executado no prazo de 5 dias a contar da intimação dos cálculos;

e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

23) Assinale a alternativa correta:

- a) os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, permitida a execução provisória até a penhora;
- b) os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, não sendo permitida a execução provisória;
- c) serão executados, a requerimento da parte interessada, os créditos previdenciários devidos em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação;
- d) os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito suspensivo, não sendo permitida a execução provisória;
- e) todas as assertivas anteriores estão erradas.

24) Ao assegurar o direito de greve, a Constituição Federal remeteu à lei ordinária a definição de serviços e atividades essenciais e a disciplina do atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Nos termos da Lei nº. 7783/89 (Lei de Greve) são considerados serviços ou atividades essenciais, exceto:

- a) o transporte coletivo;
- b) os serviços funerários;
- c) as telecomunicações;
- d) a vigilância bancária;
- e) o tratamento de esgoto.

25) É fato impeditivo à equiparação salarial:

- a) a existência de pessoal organizado em carreira, conforme critérios objetivos previstos em regulamento interno;
- b) a diferença de tempo dos comparados na função inferior a dois anos;
- c) a diferença de produtividade dos comparados;
- d) a diferença de conhecimentos técnicos dos comparados;
- e) todas as assertivas anteriores estão corretas.

26) No que concerne à possibilidade, prevista na CLT, de o empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, assinale a alternativa correta:

- a) até três dias consecutivos, em caso de nojo;
- b) até cinco dias consecutivos, em virtude de gala;
- c) por dois dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana;
- d) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;
- e) por dois dias, consecutivos ou não, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

27) Assinale a alternativa correta. Empregador e empregado celebraram contrato de trabalho por prazo determinado com prazo de dois anos assegurando, porém, o direito recíproco de rescisão antes de expirado o respectivo prazo. Todavia, no sexto mês do segundo ano de vigência do contrato, o empregador dispensou o empregado sem justa causa. Quais seriam os direitos devidos ao empregado na hipótese supra?

- a) indenização prevista no artigo 479 da CLT, férias acrescidas de 1/3 e 13º salário proporcional;
- b) indenização prevista no artigo 479 da CLT, aviso prévio, férias acrescidas de 1/3 e 13º salário proporcional;
- c) indenização prevista no artigo 479 da CLT pela metade, férias acrescidas de 1/3 e 13º salário proporcional;
- d) aviso prévio, férias acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional e levantamento dos depósitos relativos ao FGTS, acrescidos da multa de 40%;

e) férias acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional e levantamento dos depósitos relativos ao FGTS, acrescidos da multa de 40%;

28) Assinale a alternativa correta:

- a) só pode celebrar o contrato de aprendizagem o adolescente entre 16 e 18 anos de idade;
- b) o contrato de aprendizagem se extingue quando o adolescente completa 18 anos;
- c) o contrato de aprendizagem pode ser celebrado entre 14 e 24 anos e se extingue ao completar 24 anos;
- d) os estabelecimentos de qualquer natureza se obrigam a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, número de aprendizes equivalente a 5% no mínimo e 15% no máximo, de todos os trabalhadores existentes em cada estabelecimento;
- e) o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro emprego (Leis nºs. 10.748/03 e 10.940/04) só pode atender jovem de 20 a 24 anos matriculado no ensino médio.

29) Assinale a alternativa correta:

- a) não há sucessão trabalhista se o adquirente da empresa exige do vendedor que dispense todos os empregados e lhes pague tudo o que lhes é devido, e, feito isso, só então compre a empresa e só no dia seguinte admite como seus empregados todos os que tinham sido dispensados e com estes continue explorando a mesma atividade econômica;
- b) se ao comprar a empresa, o adquirente exige cláusula pela qual o vendedor se obrigue a responder pelos direitos dos empregados até então adquiridos e o comprador se obrigue daí para frente, só do antigo dono os empregados poderão reclamar os direitos até então adquiridos;
- c) em qualquer relação jurídica entre o antigo e o novo explorador de uma atividade econômica, não pode haver sucessão trabalhista, ainda que referida atividade continue sendo explorada pelo outro, com os mesmos empregados, no mesmo local;
- d) ocorre sucessão trabalhista quando, após o fechamento de uma empresa, outra, com a mesma finalidade, é criada e se estabelece no mesmo local e com os mesmos empregados, embora diferentes sejam os seus donos;
- e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

30) Na hipótese de rompimento da relação de emprego por ato discriminatório do empregador, como instigamento à esterilização genética, poderá a empregada perceber em dobro a remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais. Tal afirmação é:

- a) falsa;
- b) verdadeira;
- c) parcialmente correta, vez que os salários são devidos de forma simples;
- d) inexistente no ordenamento jurídico brasileiro;
- e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

31) Considera-se serviço voluntário, nos termos da Lei nº. 9.608/98:

- a) a atividade remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social;
- b) a atividade remunerada, prestada por pessoa física ou jurídica à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social;
- c) a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social;
- d) a atividade não remunerada, prestada por pessoa física ou jurídica à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social;

e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

32) Concedido aviso prévio pelo empregador, este poderá ser reconsiderado?

- a) não, por ser irrenunciável;
- b) não, porque a rescisão do contrato se torna efetiva;
- c) sim, desde que seja reduzido o horário normal do empregado;
- d) sim, desde que seja aceita a reconsideração;
- e) nenhuma das proposições anteriores está correta.

33) Invocando a prevalência da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregador;
- b) havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se sempre a favor do empregado;
- c) as normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, ainda que sejam mais benéficas aos empregados;
- d) a supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa não alcança os empregados admitidos posteriormente;
- e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

34) Assinale a alternativa incorreta:

- a) é competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria;
- b) a execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio*, pelo próprio juiz;
- c) quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução somente poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho;
- d) é competente para a execução das decisões o juiz que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio;
- e) todas as assertivas anteriores estão incorretas.

35) Assinale a alternativa correta. Nos termos do disposto na Emenda número 47 da Constituição Federal, ressalvado o direito de opção à aposentadoria, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de Dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) tenha 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; tenha vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria e, finalmente, idade mínima, resultante da redução, relativamente aos limites do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder os limites mínimos de tempo de contribuição estabelecidos;
- b) tenha 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos de contribuição, se mulher; tenha vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria e, finalmente, idade mínima, resultante da redução, relativamente aos limites do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder os limites mínimos de tempo de contribuição estabelecidos;
- c) tenha 35 anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; tenha vinte anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria e, finalmente, idade mínima, resultante da redução, relativamente aos limites do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição

Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder os limites mínimos de tempo de contribuição estabelecidos;

d) tenha 35 anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; tenha vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria e, finalmente, idade mínima, resultante da redução, relativamente aos limites do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder os limites mínimos de tempo de contribuição estabelecidos;

e) nenhuma das proposições anteriores é correta.

36) Nos termos do disposto no artigo 103 da Constituição Federal, não podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

a) o Presidente ou o Vice-Presidente da República;

b) a Mesa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;

c) a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

d) o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

e) o Procurador Geral da República e o Conselho Federal da OAB

37) O Conselho Nacional de Justiça tem por objetivo cuidar da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

a) elaborar relatório anual estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

b) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de dois anos;

c) representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a organização da Justiça ou abuso de autoridade;

d) zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

e) nenhuma das proposições anteriores está correta.

38) Segundo a norma constitucional vigente, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão hierarquicamente equivalentes às:

a) leis complementares;

b) leis ordinárias;

c) emendas Constitucionais;

d) medidas provisórias;

e) nenhuma das proposições anteriores está correta.

39) A competência originária para julgamento de juízes do trabalho, no caso de prática de crime comum ou de responsabilidade é:

a) do Supremo Tribunal Federal;

b) do Superior Tribunal de Justiça;

c) do Tribunal Superior do Trabalho;

d) dos Tribunais Regionais Federais, observada a área de sua jurisdição;

e) dos Tribunais Regionais do Trabalho, observada a área de sua jurisdição.

40) Qual a disposição comum aos crimes de calúnia, injúria e difamação?

a) todos eles admitem a exceção da verdade;

- b) para todos eles é prevista a pena de reclusão;
- c) todos eles podem ser praticados contra a honra de pessoas vivas ou mortas;
- d) as penas de todos eles são aumentadas, se o crime for cometido contra Chefe de Estado estrangeiro;
- e) não há punibilidade, se a ofensa, no caso de qualquer deles, é irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador.

41) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, caracteriza o tipo penal de:

- a) usurpação;
- b) constrangimento ilegal;
- c) extorsão;
- d) ameaça;
- e) estelionato qualificado.

42) Confrontando o arrependimento eficaz com a desistência voluntária, no campo penal, é correto afirmar que:

- a) Enquanto o arrependimento eficaz isenta o agente dos atos típicos anteriormente praticados, a desistência voluntária não produz essa isenção;
- b) Enquanto o arrependimento eficaz se volta para evitar o resultado de uma ação delituosa já praticada, a desistência voluntária se dirige contra a continuidade do processo de execução de uma ação típica começada;
- c) Somente quanto aos efeitos punitivos se equivalem à tentativa;
- d) São crimes sempre equivalentes;
- e) Nenhuma das proposições anteriores.

43) Astolfo decide, após longa meditação, colocar um ponto final em suas desavenças com o vizinho, Herculano. Prepara seu revólver e se dirige à residência do desafeto, onde o encontra terminando o jantar. Ao lhe apontar a arma, é impedido por Filomeno que, por sorte, chegara naquele instante e, valendo-se do elemento surpresa, pôde, com pronta eficácia, evitar o disparo do revólver. A qualificação técnico-penal da ação de Astolfo corresponde a:

- a) desistência voluntária;
- b) arrependimento eficaz reflexivo;
- c) crime consumado;
- d) desistência voluntária reflexiva;
- e) crime tentado.

44) Dentre outros motivos, o crime de extorsão distingue-se do estelionato porque:

- a) no estelionato, o dolo é subsequente;
- b) na extorsão, o meio utilizado pelo autor para a obtenção da vantagem econômica só pode recair sobre aquele que sofre o dano patrimonial;
- c) no estelionato, a objetividade jurídica é o patrimônio e a liberdade individual;
- d) no estelionato, a vítima entrega coisa iludida pelo agente, e na extorsão, ela é obrigada a entregá-la.
- e) nenhuma das proposições anteriores é correta.

45) Se durante sua execução um contrato administrativo tornar-se prejudicial ao interesse público:

- a) somente poderá ser rescindido por consenso entre a Administração Pública e o particular;
- b) somente poderá se rescindido pela Administração Pública por meio do Poder Judiciário;

- c) poderá ser rescindido de maneira unilateral pela Administração Pública com o pagamento da justa indenização ao particular;
- d) poderá ser rescindido de maneira unilateral pela Administração Pública sem qualquer indenização ao particular em virtude do interesse público;
- e) o contrato não poderá ser rescindido em virtude do princípio da obrigatoriedade das convenções.

46) Assinale a alternativa incorreta sobre a Lei n. 8.112/90:

- a) a sindicância é o procedimento investigativo ao cabo do qual, se a conclusão não for pelo arquivamento, pode conduzir à aplicação da penalidade de advertência ou de suspensão;
- b) o processo administrativo rege-se pelo princípio da ampla defesa e é conduzido por comissão formada por três servidores estáveis, sob a presidência de um deles;
- c) o processo administrativo desenvolve-se em três fases – instauração, inquérito e julgamento -, das quais apenas as duas primeiras são de alçada da comissão, competindo o julgamento à autoridade superior que determinou a instauração do processo.
- d) a autoridade competente tem prazo de 20 dias para proferir o julgamento, contados da data do recebimento do processo, sendo que a superação desse prazo constitui causa de nulidade do processo.
- e) o prazo para conclusão do processo administrativo é de 60 dias, prorrogáveis por igual período quando as circunstâncias assim o exigirem.

47) Sobre o inquérito civil, assinale a alternativa errada:

- a) o arquivamento do inquérito civil pelo órgão do Ministério Público deve ser submetido a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público;
- b) no inquérito civil, o órgão do Ministério Público tem o poder de promover diligências, requisitar documentos, tomar depoimentos, proceder a vistorias, perícias, e exames.
- c) os atos praticados no inquérito civil pelo órgão do Ministério Público estão sujeitos ao controle de legalidade pela Poder Judiciário, seja pela via do mandado de segurança, seja pela via do *habeas corpus*.
- d) o compromisso de ajustamento de conduta obtido pelo Ministério Público no inquérito civil impede que os co-legitimados proponham ação sobre o mesmo objeto;
- e) O compromisso de ajustamento de conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial.

48) Se um agente administrativo, no exercício de competência discricionária, pratica o ato administrativo declarando o motivo que o justifica:

- a) a declaração do motivo constitui manifestação ociosa do agente porque não lhe cabe alterar a natureza jurídica do ato;
- b) o ato continua imune ao controle judicial, mesmo que se demonstre que o ato não corresponde ao motivo declinado;
- c) a validade do ato passa a depender da existência do motivo declarado pelo agente;
- d) a teoria dos motivos determinantes não se aplica ao ato discricionário;
- e) nenhuma das anteriores

49) O ato administrativo a que falte um dos elementos de validade:

- a) é considerado inexistente, independente de qualquer decisão administrativa ou judicial;
- b) tem aptidão para produzir efeitos;
- c) não produz efeitos;
- d) só pode ser anulado por decisão judicial;
- e) não pode ser anulado pela própria Administração

50) O ato administrativo poderá ser revisto:

- a) pelo Poder Judiciário em relação ao mérito, conveniência e oportunidade;
- b) pelo Poder Judiciário somente em relação à conveniência e à legalidade;
- c) pelo Poder Judiciário em relação à conveniência e à forma
- d) pelo Poder Judiciário em relação à forma e à legalidade
- e) pela Administração, somente antes de produzir efeitos.